



SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA. - CNPJ/MF - 42.898.825/0001-15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2019 do SICOOB CREDICOM - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais da Área de Saúde do Brasil Ltda., na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2019 o SICOOB CREDICOM completou 27 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar e atender as demandas financeiras dos seus cooperados com excelência e profissionalismo, com destaque para a concessão de crédito, onde vem atuando com eficiência e eficácia, conforme reconhecido pelos seus cooperados.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2019, o SICOOB CREDICOM obteve um resultado líquido de R\$ 63.695 mil representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 14,09%. Desse montante, R\$ 16.727 mil foram destinados ao pagamento de juros ao capital social integralizado pelos cooperados.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 1.633.103 mil. Por sua vez a carteira de crédito representava R\$ 1.315.906 mil.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída (em mil):

Empréstimos.....	R\$	1.221.944	92,86%
Financiamentos.....	R\$	65.179	4,95%
Financ. Rurais e Agroindustriais.....	R\$	22.826	1,73%
Títulos Descontados.....	R\$	5.957	0,46%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 38,35% da carteira, no montante de R\$ 504.495 mil.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 2.430.352 mil, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 15,09%.

As captações encontravam-se assim distribuídas (em mil):

Depósitos à Vista.....	R\$	413.266	17,00%
Depósitos a prazo.....	R\$	2.017.086	83,00%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 17,27% da captação, no montante de R\$ 419.684 mil.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDICOM em 31/12/2019 era de R\$ 420.230 mil. O quadro de associados era composto por 57.272 cooperados, havendo um acréscimo de 9,49% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos conforme definido em política de crédito devidamente aprovada pelo Conselho de Administração e validada pelo Banco Central do Brasil, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do associado, buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações. O SICOOB CREDICOM adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados (no nosso caso representado pelos Delegados eleitos), o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui uma estrutura de Controles Internos, composta por um gerente e cinco analistas e um assistente, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMG.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Código de Conduta, e o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito anualmente na AGO, sendo que o atual conselho foi eleito na AGO de abril/2019, com mandato até a homologação da AGO de 2020 pelo Banco Central do Brasil, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMG ou OCEMG, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDICOM aderiram, por meio de compromisso firmado e registrado digitalmente, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007, representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e site na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2019, o Agente de Apoio do SICOOB CREDICOM registrou 125 (cento e vinte e cinco) manifestações

de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, haviam reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 125 reclamações, 75 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Beio Horizonte (MG), 23 de março de 2020.

Diretoria Executiva

Dra. Cátia Costa Carvalho Rabelo - Diretora Administrativa
Dr. Reginaldo Teófanos Ferreira de Araújo - Diretor Financeiro

Dr. Josemar de Almeida Moura - Diretor Comercial
Dr. Paulo César Gomes Guerra - Diretor de Expansão

Conselho de Administração

Dr. Garibaldi Mortzo Junior - Presidente
Dr. João Augusto Oliveira Fernandes - Vice-presidente

Dr. Cecil Bruno Buldrini Filogonio
Dr. Eduardo Antônio Vilaça Duarte
Dr. Elson Correa de Melo
Dr. Guilherme Lacerda de Almeida
Dr. João Tadeu Leite dos Reis

Dra. Maria Inês de Miranda Lima
Dr. Oswaldo Cruz Júnior
Dr. Rômulo Augusto Pinheiro
Dr. Victor Hugo Lisboa Lopes Rodrigues

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em Milhares de Reais)

Descrição	Segundo Semestre/2019		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
INGRESSOS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	83.362	161.153	140.227
Operações de Crédito (Nota 22)	83.347	161.108	140.180
Renda de aplicação interfinanceira de liquidez	15	45	46
DISPÊNDIOS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (Nota 23)	(61.631)	(123.243)	(118.741)
Operações de Captação no Mercado	(54.571)	(110.001)	(103.059)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(107)	(113)	-
Provisão para Operações de Créditos	(6.953)	(13.129)	(15.682)
RESULTADO BRUTO INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	21.731	37.910	21.486
OUTROS INGRESSOS/REC. (DISPÊNDIOS/DESP.) OPERACIONAIS	16.678	37.677	37.477
Receita de Prestação de Serviços (Nota 24)	10.212	18.809	13.861
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 25)	5.007	9.547	8.179
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	45.106	91.950	90.583
Dispêndios/Despesas de Pessoal (Nota 26)	(20.619)	(40.272)	(36.518)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas (Nota 27)	(24.258)	(46.189)	(40.946)
Dispêndios/Despesas Tributárias	(831)	(1.568)	(1.235)
Outras receitas operacionais (Nota 28)	7.041	15.399	9.328
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais (Nota 29)	(4.981)	(10.000)	(5.774)
RESULTADO OPERACIONAL	38.409	75.587	58.963
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 30)	-	10	13
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	38.409	75.597	58.976
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-
PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS	(1.300)	(2.500)	(1.800)
RESULTADO ANTES PROVISÃO JUROS AO CAPITAL	37.109	73.097	57.176
JUROS AO CAPITAL (Nota 21)	-	(16.727)	(14.651)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	-	56.370	42.525
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NAS SOBRAS	-	(9.403)	(7.446)
F A T E S	-	(2.763)	(2.063)
Reserva Legal	-	(5.526)	(4.127)
F A T E S - ÁTOS NÃO COOPERATIVOS	-	(1.114)	(1.256)
SOBRAS OU PERDAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	-	46.968	35.078

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 / 2018 (Em Milhares de Reais)

DESCRÇÃO	Segundo Semestre/2019		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício	38.409	75.597	58.976
Participações no Lucro(Sobra)	(1.300)	(2.500)	(1.800)
Provisão para Operações de Crédito	6.953	13.129	15.682
Depreciações e Amortizações	1.756	2.809	1.777
Despesa de Juros ao Capital	(16.727)	(16.727)	(14.651)
	29.091	72.308	59.984
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(37)	463	(554)
Operações de Crédito	(246.784)	(340.925)	(223.751)
Outros Créditos	1.578	5.395	(5.699)
Outros Valores e Bens	1.704	2.567	(2.594)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos à Vista	78.932	82.198	40.781
Depósitos sob Aviso	(1.555)	(2.034)	(1.941)
Depósitos a Prazo	143.365	238.520	244.728
Outras Obrigações	(7.565)	(5.243)	1.379
Recur. de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias - LCA	24.517	33.333	29.745
Relações Interdependências	6.956	926	(2.979)
Relações Interfinanceiras	5.918	6.274	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	36.120	93.782	139.100
Atividades de Investimentos			
Alienação de Imobilizações de Uso	35	35	-
Aplicação no Intangível	-	(117)	(388)
Inversões em Imobilizado de Uso	(1.052)	(8.042)	(2.403)
Inversões em Investimentos	(4.550)	(11.364)	(9.293)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(5.567)	(19.487)	(12.084)
Atividades de Financiamentos			
Cotas de Capital à Pagar - Ex-associados	-	(159)	(151)
Por Subscrição/Realização	11.595	22.582	20.155
Por Devolução (-)	(3.978)	(7.412)	(5.495)
Subscrição de Juros ao Capital	16.576	16.576	14.536
Estorno Capital Subscrito	-	(0)	-
IRRF sobre Juros ao Capital	(203)	(203)	(163)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	23.990	31.383	28.881
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	54.543	105.678	155.897
Modificações em Disponibilidades - Líquida			
No Início do Período	1.587.990	1.536.855	1.380.958
No Fim do Período	1.642.533	1.642.533	1.536.855
Variação Líquida das Disponibilidades	54.543	105.678	155.897

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

O SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA., é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 25/08/1992, filiada à CCE CRED EST MG LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREMG e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDICOM possui 34 Postos de Atendimento (PAS) nas seguintes localidades: BARBACENA, BELO HORIZONTE, BETIM, CONSELHEIRO LAFAIETE, CONTAGEM, CORONEL FABRICIANO, DIVINÓPOLIS, IPATINGA, ITABIRA, JOÃO MONLEVADE, JUIZ DE FORA, MARIANA, MONTES CLAROS, NOVA LIMA, OURO PRETO, SÃO JOÃO DEL REI, TIMÓTEO, UBERLÂNDIA e SÃO PAULO - SP.

O SICOOB CREDICOM tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

I - Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados, em suas atividades específicas, com a finalidade de fomentar a sua produção e a sua produtividade;

II - A formação educacional de seus associados, visando estimular o cooperativismo, com a difusão de informações técnicas que auxiliem no aprimoramento de sua produção e da sua qualidade de vida, pela prática da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito;

III - A prática, em conformidade com os normativos vigentes, das seguintes operações, dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras, aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo - com ou sem emissão de certificado - e fundos de investimento, visando a preservar o poder de compra da moeda e rentabilizar os recursos, obter empréstimos ou repasses de instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, inclusive por meio de depósitos interfinanceiros, receber recursos oriundos de fundos oficiais e, em caráter eventual, recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses;

IV - Conceder créditos e prestar garantias, somente a cooperados;

V - Contratar serviços com o objetivo de viabilizar a compensação de cheques e as transferências de recursos no sistema financeiro, de prover necessidades de funcionamento da instituição ou de complementar os serviços prestados pelo SICOOB CREDICOM aos cooperados;

VI - Prestar os seguintes serviços, além de outros, visando ao atendimento aos cooperados e aos não cooperados:

a) Cobrança, custódia e recebimentos e pagamentos por conta de terceiros, entidades públicas ou privadas;

b) Correspondente no país, nos termos da regulamentação em vigor;

c) Aos bancos cooperativos, com vistas à colocação, em nome e por conta da instituição contratante, de produtos e serviços oferecidos por esta última, inclusive os relativos a operações de câmbio;

d) A instituições financeiras, em operações realizadas em nome e por conta da instituição contratante, destinadas a viabilizar a distribuição de recursos de financiamento sujeitos à legislação ou regulamentação específica, ou envolvendo equalização de taxas de juros pelo Tesouro Nacional, compreendendo a formalização, concessão e liquidação de operações de crédito celebradas com os tomadores finais dos recursos e;

e) Distribuição de cotas de fundos de investimento administrados por instituições autorizadas, observada, inclusive, a regulamentação aplicável editada pela CVM.

VII - Participar do capital social de outras cooperativas, instituições financeiras e entidades, conforme legislação vigente;

VIII- Realizar, conforme legislação vigente, qualquer outra operação que seja do interesse do SICOOB CREDICOM e de seus cooperados.

Parágrafo Único - Em todos os aspectos de suas atividades, devem ser rigorosamente observados os princípios da neutralidade política e da indiscriminação religiosa, racial e social.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, bem como apresentadas

Continua...



SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA. - CNPJ/MF - 42.898.825/0001-15

Continuação...

conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Desta forma, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas pela Diretoria do SICOOB CREDICOM após análise detalhada do Conselho de Administração por ocasião da reunião ordinária de 27/01/2020 e através da lavratura da Carta de Autorização assinada em 04/03/2020.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009 e CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 1.376/2011.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, a vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabeleçam nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECREME e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA	-	Normal	1.221	-	-	1.221	-	534	-
A	0,5%	Normal	354.985	28.336	4.481	387.802	(1.939)	332.468	(1.662)
B	1%	Normal	352.090	16.072	17.615	385.777	(3.858)	244.011	(2.440)
B	1%	Vencidas	335	32	-	367	(4)	125	(1)
C	3%	Normal	465.837	16.637	729	483.203	(14.496)	345.827	(10.376)
C	3%	Vencidas	1.246	110	-	1.356	(41)	923	(28)
D	10%	Normal	30.254	2.686	-	32.940	(3.294)	30.673	(3.067)
D	10%	Vencidas	1.589	151	-	1.740	(174)	3.153	(315)
E	30%	Normal	5.485	539	-	6.024	(1.807)	7.722	(2.316)
E	30%	Vencidas	1.832	253	-	2.085	(625)	5.596	(1.679)
F	50%	Normal	4.388	206	-	4.594	(2.297)	3.559	(1.780)
F	50%	Vencidas	1.159	70	-	1.229	(615)	1.226	(612)
G	70%	Normal	915	12	-	927	(649)	367	(256)
G	70%	Vencidas	747	28	-	775	(542)	839	(587)
H	100%	Normal	1.968	31	-	1.999	(1.999)	3.846	(3.848)
H	100%	Vencidas	3.851	16	-	3.867	(3.867)	7.579	(7.578)
Total Normal			1.217.143	64.519	22.825	1.304.487	(30.339)	969.009	(25.745)
Total Vencidos			10.759	660	0,00	11.419	(5.868)	19.440	(10.800)
Total Geral			1.227.902	65.179	22.825	1.315.906	(36.207)	988.449	(36.545)
Provisões			(34.447)	(1.540)	(220)	(36.207)		(36.545)	
Total Líquido			1.193.455	63.639	22.605	1.279.699		951.903	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	120.964	214.656	892.282	1.227.901
Financiamentos	7.748	20.165	37.266	65.179
Financiamento s Rurais e Agroindustriais	10.798	3.477	8.550	22.826
TOTAL	139.510	238.298	938.098	1.315.906

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2019	% da Carteira
Sector Privado - Comércio	46.471	36	10.540	57.047	4%
Sector Privado - Indústria	15.630	0,00	0,00	15.630	1%
Sector Privado - Serviços	883.823	11.186	0,00	895.009	68%
Pessoa Física	217.627	53.957	10.261	281.845	21%
Outros	64.350	0,00	2.025	66.374	5%
TOTAL	1.227.901	65.179	22.826	1.315.906	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	36.545	24.931
Constituições/Reversões	12.925	15.598
Transferência para prejuízo	(13.263)	(3.984)
TOTAL	36.207	36.545

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	39.275	3,00%	36.423	4,00%
10 Maiores Devedores	302.578	23,00%	257.260	26,00%
50 Maiores Devedores	771.293	58,60%	585.307	59,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	19.615	16.540
Valor das operações transferidas no período	13.263	3.984
Valor das operações recuperadas no período	(1.704)	(909)
TOTAL	31.174	19.615

h) Receitas de Operações de Crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento a depositantes	261	277
Empréstimos e Títulos Descontados	149.233	129.648
Financiamentos	8.884	8.992
Financiamentos Rurais	917	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.805	1.263
Avais e Fianças Honradas	8	6
TOTAL	161.108	140.180

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2019 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	9.430	8.744
Relações interfinanceiras - centralização financeira	1.633.103	1.528.111
TOTAL	1.642.533	1.536.855

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	583	1.047
TOTAL	583	1.047

(a) Referem-se à aplicação financeira junto ao BANCOOB para suportar uma Carta de Fiança emitida em nome do SICOOB CREDICOM para contratação de aluguel do imóvel em São Paulo (PA Paulista).

6. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Centralização Financeira - Cooperativas	1.633.103	0,00	1.528.111	0,00
TOTAL	1.633.103	0,00	1.528.111	0,00

(a) Refere-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREME conforme previsto na Resolução CMN nº 4.434/15.

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	308	-	308	342
Empréstimos	329.354	892.282	1.221.636	920.159
Títulos Descontados	5.957	-	5.957	5.672
Financiamentos	27.913	37.266	65.179	62.275
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	14.276	8.550	22.826	-
Total de Operações de Crédito	377.808	938.098	1.315.906	988.448
(-) Provisões para Operações de Crédito	(13.845)	(22.362)	(36.207)	(36.545)
TOTAL	363.963	915.736	1.279.699	951.903

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	2019	2018
Avais e Fianças Honradas (a)	830	673
Rendas a Receber (b)	7.614	8.594
Devedores por depósitos em garantia (c)	13.070	12.629
Títulos e créditos a receber (d)	504	465
Devedores diversos – país (e)	81	64
Diversos (f)	1.427	6.311
(-) Provisões para outros créditos (g)	(680)	(494)
TOTAL	22.846	28.241

(a) Avais e Fianças Honradas representam os créditos honrados pela cooperativa decorrentes de operações inadimplentes com cartão de crédito de seus cooperados.

(b) Na rubrica Rendas a Receber estão registrados: o rendimento mensal sobre o saldo médio mantido na Centralização Financeira do SICOOB CENTRAL CECREME em Dezembro/2019 no valor R\$ 6.322 mil; Rendas a receber do Bancoob R\$ 42 mil e aos serviços prestados pelo SICOOB CREDICOM como Rendas de Convênios no valor de R\$ 1.250 mil.

(c) No grupo Devedores por Depósitos em Garantia (Outros Créditos | Não Circulante no Balanço Patrimonial – R\$ 13.070 mil) estão registrados os depósitos judiciais para: PIS/COFINS/IRPJ/CSLL/ Trabalhista e processos fiscais na Receita Federal.

Os Depósitos Judiciais relativos aos processos trabalhistas montam o valor de R\$ 55 mil.

Os depósitos de PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e Fiscais montam o valor de R\$ 13.015 mil, são atualizados mensalmente pela SELIC, em atendimento ao disposto no § do artigo 32º da Lei nº 6.830 de 22.09.1980. Considera-se, também, para a referida atualização, o que prevê na redação dada pela Medida Provisória 449/2008. Em contrapartida a cooperativa possui passivo constituído para suportar o montante acima.

Até 31 de dezembro de 2019, de 30 de dezembro de 2004, em seu artigo 30, as Cooperativas de Crédito ficaram dispensadas do recolhimento do PIS e da COFINS sobre os atos cooperativos. Desta forma a Cooperativa, a partir da competência dezembro de 2004, deixou de depositar judicialmente o valor da contribuição do PIS e da COFINS sobre os atos cooperativos, passando a recolher junto à Secretaria da Receita Federal as contribuições para o PIS e a COFINS apenas sobre os atos não cooperativos.

O SICOOB CREDICOM questiona judicialmente a legalidade destas contribuições, anteriores a dezembro de 2004, desta forma a mesma possui passivo constituído de PIS e COFINS, em 31/12/2019, no montante de R\$ 12.078 mil, tendo por garantia depósitos judiciais que totalizam o mesmo valor.

Além disso, questiona judicialmente a legalidade de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 84 mil, oriundo do processo de incorporação do Sebraecoop, e que também são atualizados mensalmente pela correção da taxa referencial – Selic. A cooperativa possui também um processo judicial junto à Receita Federal, no valor de R\$ 42 mil, um processo junto ao INSS no valor de R\$ 87 mil e outro no valor de R\$ 125 mil na Receita Federal, sendo os dois últimos oriundos da incorporada Unicred BH. Ressaltamos que a cooperativa possui um passivo constituído no mesmo valor, tanto para o processo do IRPJ/CSLL do Sebraecoop (R\$ 84 mil), quanto para os processos junto à Receita Federal e o INSS (R\$ 254 mil) que montam o total de R\$ 338 mil.

Em março/2017 a cooperativa passou a recolher o PIS sobre a Folha de salários por meio de Depósito Judicial, com fundamento no art. 2º, § 1º, da Lei 9.715/1998. Em 31/12/2019 os valores recolhidos montam R\$ 599 mil, possuindo passivo constituído no mesmo valor.

(d) Na rubrica Títulos e Créditos a Receber estão registrados o montante de R\$ 504 mil referente à Provisão de Tarifas a receber dos cooperados.

(e) O grupo “Devedores Diversos” é composto pelas seguintes rubricas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Pendências a Regularizar e Outros	74	32
Bancoob Pendências a Regularizar	7	32
TOTAL	81	64

Na rubrica “Diversos” está registrado o montante de R\$ 1.427 mil referente a: 1) Adiantamento de férias no valor de R\$ 136 mil; 2) Adiantamento para Despesas com Viagem de funcionários e Diretores no valor de R\$ 8 mil; 3) Adiantamento para despesas administrativas diversas no valor de R\$ 4 mil; 4) IRPJ e CSLL sobre Atos Não Cooperativos a Compensar no valor de R\$ 1.279 mil.

(g) Provisão contábil no montante de R\$ 680 mil em 31/12/2019 para Créditos de Liquidação Duvidosa dos Créditos por Avais e Fianças Honrados citados no item “a”.

9. Outros valores e bens

Descrição	2019	2018
Despesas Antecipadas	1.584	4.151
TOTAL	1.584	4.151

a) Na rubrica Despesas Antecipadas está registrado o montante de R\$ 1.584 referente a: 1) Prêmios de Seguros a reconhecer pelo regime da competência (R\$ 79 mil); 2) Vale Transporte, Vale Refeição e Alimentação a reconhecer (R\$ 499 mil); 4) Plano de Saúde e Fomecedores (R\$ 173 mil); 5) Aluguéis Antecipados de PAs - Postos de Atendimento, a reconhecer conforme prazo contratual (R\$ 833 mil); PA Santa Casa em R\$ 538 mil (sendo R\$ 387,5 mil no Longo Prazo) e PA Sempre em R\$ 295 mil (sendo R\$ 235 mil no Longo Prazo).

10. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	Sicob Central Cecremge	Bancoob	Outros Investimentos (Unimed Participações, Fencom e Confebras)	Total
Saldos em 31/12/2018	27.454	7.705	1.165	36.324
Investimentos	9.358	1.101	904	11.363
Saldos em 31/12/2019	36.812	8.806	2.069	47.687



SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA. - CNPJ/MF - 42.898.825/0001-15

Continuação...

PIS e COFINS s/ Atos Não Cooperativos (81); Impostos e Contribuições sobre salários (1.286); IRRF s/ o pagamento da Remuneração do Capital Social (204) e IR retido de Aplicações Financeiras de nossos cooperados e recolhidos em janeiro/2020 (404)
17.3 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IOF a Recolher (a)	264	-	481	-
Cheques Administrativos (b)	6	-	-	-
Salários e Vencimentos (c)	3.415	-	2.892	-
Despesas de Pessoal (d)	3.426	-	2.965	-
Outras Despesas Administrativas (e)	2.852	-	2.389	-
Outros Pagamentos (f)	-	-	49	-
Credores Diversos (g)	3.083	-	3.910	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (h)	2.178	-	2.064	-
Provisão para Passivos Contingentes (i)	-	13.415	-	13.054
TOTAL	15.224	13.415	14.751	13.054

(a) Refere-se a IOF - impostos sobre operações financeiras com cooperados recolhidos à Receita Federal do Brasil em janeiro;
(b) Referem-se a cheques administrativos emitidos pela própria cooperativa, porém não compensados até a data-base de 31/12/2019;
(c) Referem-se a saldos de conta-salário;
(d) Registram-se as provisões de férias e seus respectivos encargos sociais e comissão de consórcio a pagar aos funcionários;
(e) Referem-se a despesas administrativas, despesas de compensação e despesas de cartões de crédito e débito relativo ao mês de dezembro/2019, porém debitados pelo BANCOOB em janeiro/2020;
(f) Provisão para pagamento da mensalidade do Sicoob Central Cecemge relativo ao mês de Dezembro/2019;
(g) Conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Pendências a Regularizar	1.245	334
Diferenças de Caixa	1	7
Pendências no Bancoob (1)	1.296	3.257
Fundo Garantidor do Cooperativismo (2)	312	268
Outros	69	-
Cheques Depositados	160	44
TOTAL	3.083	3.910

(1) Pendências no Bancoob relativo a débitos de compensação não efetuados pelo Banco no dia 31/12/2019, sendo regularizados em Janeiro/2020;
(2) Provisão para pagamento da contribuição ao Fundo Garantidor do Cooperativismo - FGCoop, debitado via Bancoob em Janeiro/2020;
(h) Provisão para garantias prestadas de cobrigações de cartões de crédito de nossos cooperados;
(i) Provisão constituída considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
PIS (a)	2.116	2.116	2.073	2.073
COFINS (a)	9.962	9.962	9.762	9.762
Outros Passivos (b)	254	254	320	320
IRPJ e CSLL	85	85	82	82
Trabalhistas	399	55	461	36
PIS Folha	599	599	356	356
TOTAL	13.415	13.071	13.054	12.629

a) Do montante acima de R\$ 13.415 mil aproximadamente 90% (R\$ 12.078 mil) equivale à provisão para PIS e COFINS, decorrente de ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes dos atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS, conforme já detalhado anteriormente, inclusive com contrapartida de depósitos em juízo, contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia, conforme citado na Nota nº 8 item c.
b) O valor citado em "Outros Passivos" (R\$ 254 mil) refere-se ao provisionamento de um processo judicial junto à Receita Federal (R\$ 42 mil), um processo junto ao INSS (R\$ 87 mil) e uma PERDCOMP junto à Receita Federal (R\$ 125 mil), sendo os dois últimos oriundos da incorporada Unired BH.

Movimentação das provisões para riscos e contingências:

Descrição	PIS / COFINS	Trabalhistas	IRPJ E CSLL	Outros Passivos	Cíveis	PIS Folha	Total
Saldo em 31/12/2018	11.835	461	82	320	-	356	13.054
Provisões feitas durante o exercício	243	2	3	11	-	243	502
Provisões utilizadas durante o exercício	-	(64)	-	(77)	-	-	(141)
Saldo em 31/12/2019	12.078	399	85	254	-	599	13.415

18. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDICOM opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.
Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no Balanço Patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

19. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social integralizado, pertencente integralmente aos cooperados, está representado, em 31/12/2019, por R\$ 93.435.498 cotas de R\$ 3,75 cada uma, totalizando R\$ 318.508 mil (em 31/12/2018, por R\$ 69.676.643 cotas de R\$ 3,75 cada uma, totalizando R\$ 261.287 mil). De acordo com o Estatuto Social do SICOOB CREDICOM, cada cooperado tem direito a um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	318.508	261.287
Associados	57.272	52.308

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades. O saldo da Reserva Legal em 31/12/2019 é de R\$ 38.327 mil.

c) Reserva para Expansão

A constituição do Fundo de Reserva para Expansão tem a finalidade de prover a readequação de infraestrutura de PA's; investimentos em tecnologia da informação; adequação mobiliária; obras de ampliação e melhoria da Sede e PA's decorrentes ou não de processos de incorporação (complemento na nota 18.f).

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2019	2018
Sobra líquida do exercício	56.370	42.524
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(1.114)	(1.256)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	55.256	41.268
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(5.526)	(4.127)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(2.763)	(2.063)
Sobras Apuradas	46.966	35.078
(+) Reversão de Reserva de Expansão	48.200	48.200
Sobra à disposição da Assembleia Geral	95.166	83.278

A Reserva Legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como Exigibilidade e utilizado para pagamento de despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971. Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

f) Destinação do Resultado

As sobras líquidas de cada exercício, após a constituição do Fundo de Reserva e do FATES, ficam submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Em 25 de abril de 2019 a Assembleia deliberou a distribuição das sobras (exercício 2018) em Conta Capital no valor de R\$ 25.837 mil, complemento da Reserva Legal no valor de R\$ 9.241 mil e a constituição da Reserva de Expansão no valor de R\$ 48.200 mil, totalizando R\$ 83.278 mil.

A reversão da Reserva de Expansão no valor de R\$ 48.200 mil foi contabilizada em 30 de dezembro de 2019, conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2019, passando a integrar as sobras do exercício de 2019 (R\$ 95.166 mil), as quais serão deliberadas na próxima Assembleia.

20. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Receita de prestação de serviços	6.399	4.700
Despesas específicas de atos não cooperativos	(2.087)	(1.343)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(3.208)	(2.114)
Resultado operacional de atos não cooperativos	1.104	1.243
Resultado não operacional	10	13
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.114	1.256
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	1.114	1.256

21. Remuneração do Capital Social

A cooperativa promoveu o pagamento da remuneração do capital social, visando remunerar o capital do seu associado. Os critérios para o pagamento obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC. O pagamento foi demonstrado na DSP - Demonstração de Sobras ou Perdas e na DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997. O SICOOB CREDICOM promoveu o crédito da remuneração do capital social relativo ao exercício 2019 no dia 31/12/2019 (R\$ 16.727 mil), conforme deliberação do Conselho de Administração.

Descrição	31/12/2019
Remuneração do Capital Social - Associados	16.576
IRRF sobre a Remuneração do Capital	(203)
Remuneração do Capital Social - Associados Desligados	151
IRRF sobre a Remuneração do Capital - Associados Desligados	(1)
Valor líquido distribuído como Remuneração do Capital Social	16.523

22. Receitas de operações de crédito

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	261	277
Rendas de Empréstimos	147.942	128.358
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.291	1.290
Rendas de Financiamentos	8.884	8.992
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	917	-
Rendas de Créditos por Avals e Fianças Honorários	8	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.805	1.263
TOTAL	161.108	140.180

23. Despesas de intermediação financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas De Captação	(110.001)	(103.059)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(113)	-
Provisões para Operações de Crédito	(13.129)	(15.682)
TOTAL	(123.243)	(118.741)

24. Receitas de prestação de serviços

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Cobrança	4.877	3.832
Rendas de outros serviços	13.930	10.029
Rendas de Garantias Prestadas	2	-
TOTAL	18.809	13.861

25. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	2.047	1.959
Rendas de Serviços Prioritários - PF	2.651	2.270
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	161	108
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	4.688	3.842
TOTAL	9.547	8.179

26. Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Diretoria, Conselho Fiscal e Administração	(2.234)	(2.101)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(7.229)	(6.262)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(7.396)	(6.755)
Despesas de Pessoal - Proventos	(23.307)	(21.335)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(94)	(65)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(12)	-
TOTAL	(40.272)	(36.518)

27. Outros dispêndios administrativos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(882)	(686)
Despesas de Aluguéis	(5.353)	(5.561)
Despesas de Comunicações	(2.947)	(2.657)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(643)	(511)
Despesas de Material	(362)	(362)
Despesas de Processamento de Dados	(6.466)	(5.132)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(1.458)	(1.191)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(640)	(802)
Despesas de Publicações	-	(1)
Despesas de Seguros	(301)	(282)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(10.114)	(8.381)
Despesas de Serviços de Terceiros	(2.821)	(2.524)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(3.220)	(3.179)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(3.197)	(3.583)
Despesas de Transporte	(1.318)	(1.488)
Despesas de Viagem no País	(799)	(776)
Despesas de Amortização	(226)	(292)
Despesas de Depreciação	(2.583)	(1.485)
Outras Despesas Administrativas	(2.026)	(1.506)
Emolumentos judiciais e cartórios	(26)	(24)
Ratificação de despesas do Sicoob conf.	(807)	(523)
TOTAL	(46.189)	(40.946)

28. Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	139	117
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	2.873	246
Dividendos	1.101	839
Distribuição de sobras da central	416	590
Atualização depósitos judiciais	257	-
Outras rendas operacionais	695	986
Rendas oriundas de cartões de crédito	9.918	6.550
TOTAL	15.399	9.328

29. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(48)	-
Despesas de Provisões Passivas	(2.988)	(768)
Outras Despesas Operacionais	(5.976)	(3.776)
Descontos concedidos - operações de crédito	(66)	(350)
Cancelamento - tarifas pendentes	(921)	(880)
TOTAL	(9.999)	(5.774)

30. Resultado não operacional

Descrição	2019	2018
Lucro em Transações com Valores de Bens	-	-
Ganhos de Capital	37	42
(-) Perdas de Capital	(27)	(29)
Resultado Líquido	10	13

31. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas. As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.
As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.
As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avals, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2019:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. - Vínculo de Grupo Econômico	1.916	0,1259%	9
P.R. - Sem vínculo de Grupo Econômico	1.124	0,0738%	1
TOTAL	3.040	0,1997%	10
Montante das Operações Passivas	121.257	5,7481%	

b) Operações ativas e passivas - saldo em 2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	5	()	0,0348%
Conta Garantida	26	()	0,1068%
Empréstimo	2.981	15	0,2517%
Financiamento	145	1	0,2226%
Títulos Descontados	5	()	0,0751%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	6.270	1,5223%	0%
Depósitos a Prazo	54.927	2,6402%	0,3736%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Desconto de Cheques	1,99%
Empréstimos	1,31%
Financiamentos	0,92%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	97,06%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
CPR (física, financeira, cobrigações)	-
Empréstimos e Financiamentos	0,1839%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,0102%
Aplicações Financeiras	5,7481%

d) As cobrigações prestadas pela Cooperativa às partes relacionadas foram as seguintes:

2019	2018
670	500

e) No exercício de 2019 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019	
Honorários - Diretoria, Conselho Fiscal e Administração	2.234
Encargos Sociais	(442)

32. Cooperativa Central
O SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA. - SICOOB CREDICOM, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCE CRED EST MG LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiais (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos. Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiais, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanham informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDICOM responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

33. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital. A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação. A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento to Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

33.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia



Continuação...

SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA. - CNPJ/MF - 42.898.825/0001-15

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados do SICOOB CREDICOM - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais da Área de Saúde do Brasil Ltda.

Belo Horizonte/MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do SICOOB CREDICOM - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais da Área de Saúde do Brasil Ltda., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDICOM em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório

da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de

não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa.

Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 23 de março de 2020.

Júlio César Toledo de Carvalho
Contador CRC MG - 69.261/O
CNAI 1.953



Felipe Rodrigues Beiral
Contador CRC MG - 90.766/O
CNAI 2.994

PARECER DO CONSELHO FISCAL

contas, inspecionaram os documentos atinentes, constatando estar tudo devidamente correto e em ordem. Assim, e considerando também o parecer sem ressalvas emitido pela Auditoria da CNAC - Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa se pronunciam de forma unânime, favoravelmente à aprovação, pela Assembleia Geral Ordinária, das contas apresentadas pela Diretoria, referentes ao exercício 2019.

Belo Horizonte, 23 de março de 2020.

DR. FÁBIO BOTELHO DE CARVALHO
DR. LUIZ ANTÔNIO SETTE E CAMARA
DR. NÍSIO GOMES DE SOUZA DR.

FREDERICO JOSÉ AMEDEÉ PÉRET
DR. LUIZ CARLOS MOLINARI GOMES
DR. SÉRGIO ALEXANDRE DA CONCEIÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS Resultado dos Recursos contra a nota da prova objetiva (totalização de pontos) e a convocação dos candidatos aos cargos de nível superior aprovados, nos termos do subitem 9.4.1, do Edital 01/2019, para se submeterem a prova de títulos. **ENTREGA DE TÍTULOS:** para todos os cargos de nível superior. PERÍODO: 01, 02 e 03 de abril de 2020. A íntegra do resultado será divulgado nos endereços eletrônicos www.baraodecocaiss.mg.gov.br e www.gestaodeconcursos.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESPLENDOR/MG. Processo Licitatório 21/2020, Pregão Presencial 14/2020, Registro de Preços 11/2020. O Município de Resplendor torna público a abertura de licitação cujo objeto é a contratação de empresa especializada para recarga e troca de cartuchos e toners para atendimento de todas as Secretarias Municipais de Resplendor. Entrega dos envelopes até o dia 13/4/2020 até às 09h00min. Abertura dos envelopes 13/4/2020 a partir das 09h00min. O Edital poderá ser consultado e as informações poderão ser obtidas a partir desta data, de 08h00 às 13h00, na sede da Prefeitura à Praça Pedro Nolasco, 20, Centro, Resplendor/MG ou pelo telefone (33) 3263-2003 ou e-mail licitacaopmresplendor@gmail.com / licitacoes@resplendor.mg.gov.br e sítio eletrônico www.resplendor.mg.gov.br, 27/3/2020 – Deuzimar Nepomuceno de Oliveira – Pregoeira.

ATA DE ELEIÇÃO E APURAÇÃO DOS VOTOS
Aos 2 (dois) dias do mês de março do ano de 2020 (dois mil e vinte) às 19 (dezenove) horas e 02 (dois) minutos, na sede do **Sindicato dos Trabalhadores Nas Indústrias de Extração de Ouro e Metais Preciosos de Nova Lima e Região**, inscrito no CNPJ 22.936-355/0001-20, sito na Praça Bernardino de Lima, nº 65, Centro, Nova Lima/MG, CEP 34.000-279, deu-se início ao processo de apuração dos votos das eleições da diretoria da entidade do quadriênio compreendido entre 27 (vinte e sete) de junho de 2020 (dois mil e vinte) e 26 (vinte e seis) de junho de 2024 (dois mil e vinte e quatro). As eleições tiveram a coordenação da Sra. **Darcy Guilhermina Martins**, brasileira, solteira, aposentada, portadora da RG M-1515120 e CPF 311.049.326-87, que foi nomeada para tal função de acordo com o artigo 51 do estatuto social. A eleição foi convocada por edital publicado no jornal O Tempo na edição do dia 13 (treze) de janeiro de 2020 (dois mil e vinte). Findo o prazo para o registro de chapas no dia 16 de janeiro de 2020, às dezesseis horas, constatou-se pelo requerimento apresentado à coordenação da eleição, o registro de uma única chapa, denominada CFAPAI 1 (hum), encabeçada pelo Sr. Marcelino Antônio Edwignes. Dentro prazo de 48 (quarenta e oito horas) foi publicado no mesmo jornal a ata de encerramento do prazo para registro de chapas e abertura do prazo de 3 (três) dias para impugnação da candidatura registrada. Decorrido o prazo, não houve impugnação. No dia 21 (vinte e um) de Fevereiro de 2020 (dois mil e vinte) dentro do prazo estatutário (artigo 65) constatamos em dia com as mensalidades sindicais o total de 1913 (um mil novecentos e treze) sócios aptos a votarem. A eleição se realizou por intermédio de 09 (nove) mesas coletoras de votos, onde foram definidos os locais de votação conforme a seguir: 01 (um) Sede Nova Lima, 02 (dois) Subsele de Honório Bicalho, 03 (três) Subsele de Raposos, 04 (quatro) Subsele de Cacté, 05 (cinco) Mina de Lamgo, 06 (seis) Mina de Cuiabá, 07 (sete) Planta Metalúrgica do Queiroz, 08 (oito) Mina de Turmalina, 09 (nove) Itinerante, conforme documento em anexo. A apuração dos votos foi realizada através de 1 (uma) mesa apuradora, constituída e designada nos termos do estatuto social e foi composta pelos seguintes membros. Presidente: **Sérgio Gomes dos Santos**, brasileiro, casado, gerente, portador do RG MG- 4.948.294 e do CPF 814.133.866-87, residente na Rua Nossa Senhora da Conceição, 85, Cruzeiro, Nova Lima/MG; Auxiliária: **José Mário da Silva**, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG MG-20.302.218 e do CPF 006.929.348-12, residente na Rua Quatro, 120, Santa Rita, Nova Lima/MG e **Marco Antônio Lima**, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG MG- 3.930.151 e do CPF 705.054.466-34 residente na Rua Agenor Lopes, 243, Vale Esperança, Nova Lima/MG; Escrutinador: **Hueberton Márcio Teixeira**, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG M-4.228.029 e do CPF 676.999.106-30 residente na Rua Metro Velho, 21, Cristais, Nova Lima/MG. A apuração foi acompanhada ainda por 01 (um) fiscal da chapa: **Marcelino Antônio Edwignes**, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG MG- 4.257.582 e do CPF 414.704.606-10 e por 01 (um) representante da chapa 1: **Jamir Márcio Rocha**, brasileiro, casado, operador, portador do RG MG- 15.798.922 e do CPF 095.029.146-35. Procedeu-se o início da apuração das urnas das mesas coletoras de 01 (um) a 09 (nove), constatando o comparecimento de 471 (Quatrocentos e setenta e um) eleitores votantes na lista e de 53 (cinquenta e três) eleitores votantes na lista em separado, perfazendo um total de 524 (Quinhentos e vinte e quatro) votantes. Após a confirmação pela mesa apuradora da condição de eleitor dos votantes em separado, chegou-se ao seguinte resultado: **487 (Quatrocentos e oitenta e sete) votos válidos; 21 (vinte e um) votos nulos; 16 (Dezesseis) votos brancos**, do total de 524 (Quinhentos e vinte e quatro) votos apurados. O mapa de apuração por urna foi assinado pela mesa apuradora, pelo fiscal de chapa e pelo representante da mesma e fará parte integrante desta ata. Concluídos os trabalhos de apuração, não havendo nenhum protesto ou impugnação por parte dos presentes, cumprindo o artigo 84 do estatuto social, o Presidente da mesa apuradora proclamou eleita com um total de 487 (Quatrocentos e oitenta e sete) votos a Chapa de Número 01 (UM), encabeçada pelo Sr. Marcelino Antônio Edwignes, para dirigir a entidade no quadriênio compreendido entre 27 (vinte e sete) de junho de 2020 (dois mil e vinte) e 26 (vinte e seis) de junho de 2024 (dois mil e vinte e quatro). A chapa eleita tem a seguinte composição: **DIRETORIA EXECUTIVA:** Presidente: Marcelino Antônio Edwignes, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG M-4.257.582 e do CPF 414.704.606-10, Vice-Presidente: Osminio Ramos de Figueiredo Neto, brasileiro, casado, motorista, portador do RG MG- 19.398.256 e do CPF 876.335.664-34, Secretário Geral. Eder Lopes Martins, brasileiro, casado, operador, portador do RG MG-12.462.878 e do CPF 051.128.436-59, Tesoureiro: Moacir Gonçalves, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG M-5.961.459 e do CPF 889.374.966-15, Diretor Social: Almir Silvério Nunes, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG M-5.366.368 e do CPF 342.777.656-53, Diretor de Relações Sindicais. Antônio Edmundo de Souza, brasileiro, casado, operador, portador do RG M-5.266.352 e do CPF 734.849.116-20, **Suplentes da Diretoria Executiva:** Júlio Cesar Vieira Espinola, brasileiro, casado, operador, portador RG MG-11.006.886 e do CPF 039.283.936-93, Walter dos Santos, brasileiro, casado, operador, portador do RG MG- 6.018.316 e do CPF 840.888.506-53, Wandercy João do Carmo, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG MG-7.032.760 e do CPF 971.432.946-91, Helivane Gonçalves da Silva, brasileiro, casado, operador, portador do RG M- 861.5880 e do CPF 026.154.316-41, Luiz Amaro de Lima, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG MG- 6.008.448 e do CPF 72.031.476-15, Murilo Augusto Nascimento, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG M- 1.092.109 e do CPF 254.692.076-68, Lucas das Neves Tadeu, brasileiro, casado, operador, portador do RG MG-14.420.004 e do CPF 067.755.496-60, **CONSELHO FISCAL:** Presidente: João Batista dos Anjos, brasileiro, casado, operador, portador do RG BA0598501401 e do CPF 879.117.605-00, Primeiro Membro: Tarcísio Pereira de Amorim, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG MG-5.864.354 e do CPF 646.747.466-04, Segundo Membro: Alessandro Henrique Teixeira de Assis, brasileiro, casado, auxiliar de sondagem, portador do RG MG-12.779.976 e do CPF 080.236.426-85, **SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL:** Fernando Luiz Muzzi, brasileiro, casado, operador, portador do RG MG-11.886.892 e do CPF 062.356.376-24, **JAMIR MAIA ROCHA**, brasileiro, casado, operador, portador do RG MG-15.798.922 e do CPF 095.029.146-35, Anderson de Lourdes Xavier, brasileiro, casado, operador, portador do RG MG- 11.398.100, CPF 012.550.16-12, **DELEGADOS REPRESENTANTES DA FEDERAÇÃO EFETIVO:** Jorge Evangelista Santos, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG M-2.730.147 e do CPF 401.397.606-44, Ireno Alves dos Santos, brasileiro, divorciado, aposentado, portador do RG M- 2.213.227 e do CPF 414.702.226-04, **DELEGADOS REPRESENTANTES DA FEDERAÇÃO SUPLENTE:** Francisco Inácio de Oliveira, brasileiro, casado, operador, portador do RG MG-8.152.963 e do CPF 002.322.356-19, Rodrigo Lopes de Paula, brasileiro, casado, operador, portador do RG MG-14.788.744 e do CPF 079.053.156-90. A publicação do resultado será feita em até 30 (trinta) dias, conforme artigo 86 do estatuto social. Findos os trabalhos agradecendo a presença, respeito e ordem entre todos, lavra-se a presente ata legais. Darcy Guilhermina Martins. Sérgio Gomes dos Santos. José Mário da Silva. Marco Antônio Lima. Hueberton Márcio Teixeira. **Marcelino Antônio Edwignes. Jamir Márcio Rocha.**

ELEIÇÕES SITRAEMG/2020 - EDITAL DE CANCELAMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL - EDITAL DE CANCELAMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL CONVOCADA PARA O DIA 04/04/2020, PARA ELEIÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL - A Diretoria Executiva do SITRAEMG, neste ato representada pelos Coordenadores Gerais Carlos Humberto Rodrigues e Célio Izidoro Rosa, acolhendo o parecer jurídico da entidade, de 25/03/2020, a fim de preservar a saúde de seus filiados e, em conformidade com a orientação do Ministério da Saúde, bem como da Organização Mundial da Saúde, decide cancelar a Assembleia Geral convocada para o dia 04/04/2020, às 9h em primeira convocação e às 9h30 em segunda e última convocação, no auditório do Dayrell Hotel & Centro de Convenções, localizado na Rua Espírito Santo, 901, Centro, em Belo Horizonte/MG, para eleição da Comissão Eleitoral, ficando suspensos os termos do EDITAL DE CONVOCACÃO - ELEIÇÕES DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL - SITRAEMG, publicado em 17/03/2020, no site do Sindicato e em jornal de grande circulação da Capital, até que sejam editadas novas orientações do Ministério da Saúde, no que tange ao isolamento social decorrente da pandemia pelo coronavírus. Eventuais consequências das suspensões mencionadas acima estão sendo discutidas no âmbito da Direção Executiva. Mais informações serão passadas à categoria em momento oportuno. Belo Horizonte, 27 de março de 2020. Carlos Humberto Rodrigues e Célio Izidoro Rosa - Coordenadores Gerais.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2020

Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Divinópolis. Processo Licitatório nº. 01/2020. Tomada de Preço nº 01/2020. Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada em prestação de serviços de consultoria e gestão atuarial em regime próprio de previdência social, conforme Termo de Referência. Termo de Homologação. Homologo a presente licitação com a adjudicação do objeto à empresa: **BRASILIS CONSULTORIA ATUARIAL LTDA.** Divinópolis, 30 de março de 2020. Agnaldo Henrique Ferreira Lage Superintendente do DIVIPREV

CÂMARA MUNICIPAL DE BICAS /MG

Aviso de Cancelado - Processo n.º 07/2020 - Tomada de preço n.º 01/2020

Em caráter excepcional, tendo em vista a Calamidade Pública decretada pela a União, Estados e Municípios acarretada pela Pandemia do COVID-19, nos termos art.57 parágrafo 4º da Lei 8666/93. Para maiores informações acessar o site www.bicas.mg.leg.br

Bicas, 27/03/2020 - Marília Andrade da Silva - Presidente da Comissão de Licitação.



COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG

CompANHIA Aberta
CNPJ/MF nº 17.281.106/0001-03
NIRE 31.300.036.375

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA (AGE)

Ficam convocados os senhores acionistas da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG a se reunirem em AGE, a ser realizada às 15:00 horas do dia 29 de abril de 2020, na sede social da Companhia, situada na rua Mar de Espanha, 525, Santo Antônio, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária (AGO): (i) aprovação do relatório anual da administração, balanço patrimonial e as demonstrações financeiras da COPASA MG e consolidadas, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2019; (ii) destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício encerrado em 31/12/2019, com a retenção de parte do lucro líquido para reinvestimento, pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP, a serem considerados como valor do dividendo mínimo obrigatório e definição da data de pagamento dos JCP, referente ao quarto trimestre de 2019; (iii) aprovação do Programa de Investimentos da COPASA MG e de sua subsidiária COPANOR para o exercício de 2020, nos termos do § 2º do artigo 196 da Lei 6.404/1976; (iv) definição do número de Conselheiros e eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE): (i) fixação da verba para remuneração global dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e Diretoria Executiva da Companhia; (ii) ratificação das condições referentes a contratação de operação de crédito de longo prazo, por meio de financiamento junto ao Banco Europeu de Investimento - BEI; (iii) aumento do limite do Capital Autorizado da Companhia; (iv) alteração do Artigo 7º do Estatuto Social da Companhia. A fim de facilitar o acesso dos Senhores Acionistas à Assembleia, solicita-se a entrega dos seguintes documentos na sede da Companhia, aos cuidados da Unidade de Serviços de Relações com Investidores, até o dia 27 de abril de 2020: (i) extrato ou comprovante de titularidade de ações expedido pela Brasil, Bolsa, Balcão (B3) ou pelo Itaú Unibanco S.A., instituição prestadora de serviços de ações escriturais da Companhia; (ii) para aqueles que se fizerem representar por procuração, instrumento de mandato com observância das disposições legais aplicáveis (artigo 126 da Lei nº 6.404/1976). A partir da presente data, os documentos relativos à matéria a ser discutida encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, no endereço eletrônico r.copasa.com.br e no website da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Brasil, Bolsa, Balcão (B3), em conformidade com o artigo 135, §3º da Lei nº 6.404/1976 e o artigo 6º da Instrução CVM nº 481/2009. Nos termos da Instrução CVM nº 481/2009, a COPASA MG adota o sistema de votação à distância, permitindo aos acionistas enviarem seus boletins de voto por meio de seus respectivos agentes de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Itaú Unibanco S.A., ou diretamente à Companhia, conforme modelo disponibilizado pela Companhia. E facultado aos acionistas detentores de no mínimo 5% (cinco por cento) do capital votante da Companhia requerer a adoção de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração a ser realizada nesta Assembleia ora convocada, nos termos da Instrução CVM nº 165/1991 e suas alterações posteriores, devendo ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral.

Belo Horizonte, 27 de março de 2020.
André Macedo Faco
Presidente do Conselho de Administração

QUARTZO INCORPORAÇÕES E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ 13.912/0001-19 por determinação da Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e o Conselho Municipal de Meio Ambiente torna público que solicitou através do processo administrativo nº. 1696/01-20 (FCE 02399/2020-03A) autorização de terraplanagem, no endereço: Rua Contagem, lote, quadra 3A. Bairro Chácara Bom Jesus.

CONTAGEM - MG

30 de março de 2020, Quartzo Incorporações e Participações S/A.

NLA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS EIRELI, CNPJ 23.254.136/0001-23 por determinação da Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e o Conselho Municipal de Meio Ambiente torna público que solicitou através do processo administrativo nº. 1697/01-20 (FCE 02402/2020-03A) autorização de terraplanagem, no endereço: Rua Contagem, lote 5, 3-A. Bairro Chácara Bom Jesus.

CONTAGEM - MG

30 de março de 2020, NLA EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIOS EIRELI

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIGÃO/MG

Torna pública a publicação do Contrato nº 011/2020, referente ao Processo Licitatório nº 000008/2020 - Tomada de Preços nº 000002/2020. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AMPLIAÇÃO DO GALPÃO DE ALIMENTAÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES DEPUTADO JAIME MARTINS DO ESPÍRITO SANTO NO MUNICÍPIO DE PERDIGÃO/MG. Foi vencedora a empresa: **CONSTRUÇÕES REIS & REIS DE ABAETÉ - EIRELI** no valor de R\$ 189.243,44, CNPJ: 16.781.933/0001-01, venceu o item. Vigência: 12 meses.

Perdigão/MG, 20 de março de 2020

Gilmar Teodoro de São José

Prefeito Municipal